



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública Sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do Empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina Mandu S/A, realizada no Município de Guaíra, em 1º de julho de 2008.

Realizou-se, no dia 1º de julho de 2008, às 17 horas, na Câmara Municipal de Guaíra, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina Mandú S/A. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava as boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores, Sérgio de Melo, Prefeito do Município de Guaíra, Aluísio Lelis Santana, Vice-Prefeito de Guaíra, José Carlos Junqueira, Secretário de Agricultura do Município de Guaíra, Aderlene Precilotto, Coordenadora da Secretaria da Indústria, Comércio, Emprego e Turismo do Município de Guaíra, Alex Keli Tomé, Secretário da Cultura do Município de Guaíra, Eloy Junqueira Lelis, Secretário da Vigilância Sanitária do Município de Guaíra, e Edvaldo D’Antonio, Secretário de Obras do Município de Guaíra –, do Poder Legislativo, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores José Orlando Levi, vinculado à Agência Unificada da Cetesb de Barretos, e Tenente Azevedo, Comandante da Polícia Ambiental –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina Mandú S/A. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a Secretária-Executiva Adjunta esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e compôs a Mesa Diretora de Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, Oder Luis de Souza, Tecnólogo em Saneamento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Henrique Dalquirani Filho, Gerente Administrativo Financeiro da Usina Mandú S/A, apresentou um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar. Antônio Melhem Saad, representante da TN Ambiental Consultoria, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Ângelo Augusto Correia Monteiro, vinculado ao Instituto Acaiá de São José do Rio Preto, comentou: 1) que na região além da ocorrência de um clima de deserto, com períodos em que ocorria uma ausência de chuvas, a volta de doenças que haviam sido erradicadas, o que prejudicava a produtividade, além de ser preocupante, e que o responsável por esta transformação climática era o Governo do Estado de São Paulo, que havia “matado” a mata atlântica, e que, na época em que isso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ocorreu, o rurícola não tinha a consciência ambiental que muitos tinham hoje, quando havia mais informações sobre o meio ambiente; 2) que a natureza não era por essência anti-econômica e era ela que ditava a qualidade de vida das pessoas; 3) que qualquer ampliação industrial era atualmente motivo de preocupação, porque vinha aumentando de forma significativa o plantio da cana, não existindo mais na região noroeste do Estado de São Paulo áreas de preservação; 3) que pedia esclarecimentos sobre o que estava sendo feito pelo setor industrial para impedir o soterramento de nascentes, sobre as quais nenhuma referência foi feita durante a apresentação; 4) que esta empresa deveria preocupar-se com a qualidade social e ambiental da região e, neste contexto, se a mão-de-obra utilizada era a que vinha do Nordeste do país ou a local. Depois de Divina Aguiar Barbosa, representante da entidade João Paulo II de São José do Rio Preto, convidar os representantes desse empreendimento para visitarem a sede da entidade que representava, oportunidade em que poderiam oferecer maiores informações sobre sua ampliação às pessoas que não compareceram a esta audiência. J. Oliveira, vinculado à Rádio Cultura de Guaíra, comentou: 1) que, embora conhecesse alguns projetos implementados por essa usina, uma vez que a emissora em que trabalhava divulgara informações sobre eles, inclusive sobre o Projeto Abelinha, cujo objetivo era a alfabetização; 2) que a população se preocupava: a) com a proporção dessa ampliação, uma vez que seriam criadas 2 mil vagas; b) com as queimadas, motivo porque pedia informações sobre a data prevista para seu encerramento; c) e com o emprego da mão-de-obra qualificada; c) e com os impactos ambientais. João Roberto de Araújo, representante da Inteligência Relacional de Ribeirão Preto, comentou: 1) que entendia ser necessário que fossem utilizadas as tecnologias que a ciência colocava à disposição, as quais deveriam estar na base do processo produtivo, cujos dados com certeza seriam analisados pelos técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; 2) que pressentia que informações dessa natureza não estavam à disposição dos cidadãos, o que era um direito deles, e que, por certo, se isso ocorresse, muitas dúvidas seriam sanadas; 3) e que, por ter durante mais de vinte anos acompanhado o desenvolvimento da Usina Mandú, estava convicto da honestidade e profissionalismo de seus dirigentes e acionistas. José Eduardo Coscrato Lelis, Presidente do Sindicato Rural de Guaíra e Diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, comentou: 1) que, igualmente como seu mestre e amigo Secretário Francisco Graziano Neto, concordava que cinco condições eram fundamentais para o crescimento do setor industrial, que eram educação, tecnologia, integralização dos negócios, associativismo e sustentação ambiental; 2) que os investimentos feitos por essa empresa era motivo de satisfação e orgulho para a população do Município de Guaíra; 3) que, de 1960 para cá diminuiu muito a cobertura verde do Brasil, e que também nesse período os recursos dos outros países para produzir alimentos chegaram ao limite de produção, e que hoje a grande demanda existente era por alimentos e energia renovável, e para atendê-la muito contribuiria a implantação desse empreendimento; 4) que, no Município de Guairá e região, havia mais de 18 mil hectares de agricultura irrigada e diversificada; 5) que a Usina Mandú se preocupava muito para não provocar impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente; 6) que a FAESP, que era parceira da Usina Mandú, continuaria este projeto em virtude da produção limpa que implementaria e da capacitação da mão-de-obra. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Tenente Azevedo, Comandante da Polícia Militar Ambiental, comentou: 1) que se posicionava favorável à implementação desse projeto em virtude do crescimento econômico que ele proporcionaria e das vantagens que a população teria com seu funcionamento; 2) que os problemas decorrentes da poluição atmosférica causada pela fumaça oriunda da queima do resíduo da cana assolava dezoito Municípios da região noroeste, inclusive Guaíra; 3) que, em sua última visita ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Município de Guairá, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, ofereceu uma série de informações sobre: as áreas de preservação permanente; a necessidade de se preservarem as nascentes; os problemas oriundos da queima de cana-de-açúcar; o planejamento que antecedeu o aumento da produção do setor sulcro-alcooleiro; as irregularidades existentes no plantio de áreas próximas da produção de energia elétrica e dos centros urbanos, que confrontavam a legislação estadual, principalmente aquela recentemente editada pela Secretaria do Meio Ambiente; 4) que a população ansiava pela diminuição das queimadas, mas que esse setor já havia se comprometido com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente para reduzi-las, e que, para alcançar esse patamar reduzido, a Polícia Ambiental vinha fiscalizando; 5) que, em algumas áreas, essa queima foi autorizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e que esta decisão levava em conta a necessidade de permanecerem intocáveis alguns exemplares arbóreos; 6) que, através da fiscalização, para o qual foram utilizados mapeamento por satélite e equipamento GPS, dados estatísticos haviam sido obtidos sobre o processo de queima; 7) que outra informação importante obtida dizia respeito à ausência de corredores ecológicos na região, e que, para sanar essa ausência, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente promoveria o aumento da vegetação nativa; 8) que a Polícia Ambiental havia realizado trabalhos de mapeamento por satélite e equipamento GPS, para verificar o problema das queimas e a mortandade de animais silvestres causada pela propagação do fogo, problemas estes que não se vinculavam ao empreendimento e resultavam em autuações e termos circunstanciados pelo Ministério Público, Procuradoria do Meio Ambiente e em certos momentos envolvia o Ministério Público Federal; 9) que solicitava esclarecimentos aos empreendedores sobre a fonte responsável pelos dados oferecidos relacionados com o percentual das áreas ocupadas por outras culturas, como pastagem – cuja diminuição assustava – e o cultivo sucro-alcooleiro, que tem aumentado de forma gradativa, e que essa fonte de consulta era importante para a Polícia Ambiental, para obtenção de dados estatísticos relativos às decorrências do monitoramento feito pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente através dos órgãos de fiscalização e licenciamentos; 10) que, em relação à queima da palha da cana, a Secretaria do Meio Ambiente havia elaborado um plano de redução, o qual contou com dados das unidades desse segmento implantadas nos dezoito Municípios sobre os quais a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo tinha competência de fiscalizar; 20) e que todo e qualquer empreendimento tinha a obrigação de esclarecer o que pretendia implantar no Município e os riscos e danos prováveis que ele causaria ao meio ambiente. Passou-se à manifestação do Poder Executivo. Sérgio de Melo, Prefeito do Município de Guairá, depois de declarar que saudava, em seu nome e no do Vice-Prefeito do Município, Aluísio Lelis Santana, todos os presentes, inclusive os técnicos e representantes de entidades ali presentes, comentou: 1) que Guairá foi um dos primeiros Municípios da região a aderir ao “Protocolo Município Verde” e que se estava a caminho do cumprimento de 100% das metas fixadas; 2) que, como dirigente sindical, vereador, e militante das causas ambientais – tendo participado da fundação e militado na Associação de Defesa do Meio Ambiente de Guairá – e Vice-Prefeito do Município, foi convidado, nos primeiros meses de seu mandato, em 2005, a participar de um dia da rotina de trabalho na Usina Mandu, oportunidade em que um professor da Escola de Agronomia Luís de Queiroz-ESALQ apresentou para autoridades e estudantes o trabalho que desenvolvera nessa usina, o qual revelou a preocupação de seus responsáveis com a questão ambiental, não só no âmbito da usina, mas nas propriedades dos fornecedores de cana, enfim em toda a área de abrangência da usina; 3) que essa experiência lhe deu a garantia de que a Usina Mandu era uma empresa envolvida de fato com a questão ambiental e que, no decorrer dos últimos três anos, essa responsabilidade se ampliou também para a questão social,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

através de seus projetos de apoio à educação e de outros movimentos importantes; 4) que, nessa ocasião, dirigiu-se a esse professor e lembrou alguns trabalhos desenvolvidos em Guaira, em 1997/98, para professores da rede pública de ensino, entre os quais o “Projeto Prometeus de Capacitação”, que teve o patrocínio desse empreendimento, pois contribuiu com 50% de seus custos; o “Programa Cidades pela Paz”, que diplomou mais de cem professores de Guaira e Barretos, além de fornecer material didático a todas as crianças do ensino público fundamental; 5) que esse trabalho foi muito importante, pois se trata de um grupo empresarial preocupado – a despeito de uma sociedade que difunde a cultura da violência – em formar as crianças, quer no que diz respeito à formação do caráter, ao encaminhamento para a faculdade, ao preparo para o mercado de trabalho e à divulgação da cultura pela paz; 6) que o Programa de Desenvolvimento de Guaira–Prodeg também conta com investimentos provenientes da Usina Mandú, e que sua implantação e funcionamento, além de geração de renda, propiciará oportunidades de trabalho, não só para Guaira, como também para mais outros cinco Municípios que fazem parte de sua área de influência; 7) que era muito importante a qualificação profissional que essa empresa, através de cursos de capacitação, realizava, a exemplo daqueles ministrados gratuitamente no Centro Paula Souza, e esses cursos capacitaram jovens oriundos da rede pública em técnicas industriais; 8) que a parceria firmada entre o SENAI, a Prefeitura e as usinas já resultou na realização de cursos na área de sondagem, mecânica e metalurgia, e a primeira turma, constituída por dezesseis jovens carentes, se formava ainda no mês em curso; 9) que, além da aquisição de conhecimentos teóricos, os participantes tinham a oportunidade de realizar estágio remunerado e possuíam a perspectiva de serem contratados pelas próprias usinas como trabalhadores qualificados; 10) que essa parceria com o SENAI será objeto de discussão com o empresariado. Como também o incremento de cursos profissionalizantes, a instalação, já no segundo semestre deste ano, do Curso Superior de Tecnologia Sucro-Alcooleira, desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos. Passou-se à etapa das réplicas. Henrique Dalquirani Filho, depois de declarar que reiterava as palavras do prefeito no que concernia à importância dos cursos de capacitação e qualificação da mão-de-obra da região, independentemente de sua origem e dos planos que possuía para o futuro, e da abrangência e divulgação desses cursos para cidades vizinhas, comentou que o projeto de ampliação da usina foi divulgado através de reuniões realizadas nas cidades de Guaira e de Barretos, convidou todos aqueles que tinham interesse em conhecer o trabalho e, também, fazer sugestões, que entrassem em contato. Depois de fazer uma breve apresentação do projeto de alfabetização que vem sendo oferecido não só à população de Guairá como também à dos Municípios vizinhos, o Projeto Abelhinha, que representava um incremento para a formação educacional do cidadão e, também, a garantia de maior segurança na manutenção do emprego no mercado de trabalho, comentou: 1) que, visando à implementação da mecanização na colheita da cana, havia sido criado Projeto Etanol Verde com o objetivo de reduzir a queima da palha de cana de forma progressiva, e a Usina Mandu a ele aderira imediatamente, de forma que hoje esse procedimento já estava sendo adotado em 65% da área de plantio, extrapolando o previsto para o ano de 2008, que era de 30% da colheita; 2) que a adesão ao Protocolo Verde também estava possibilitando sua implementação, principalmente nas áreas de expansão, bem como o monitoramento e gerenciamento de forma adequada das áreas onde ainda ocorria a queima, com especial atenção para aquelas próximas a estações e redes de energia elétrica, onde costumeiramente eram realizados os aceiros, para áreas de preservação permanente, lagoas, represas e mananciais; 3) que, em relação às áreas que, no passado, foram devastadas, elas haviam sido enquadradas pelo programa de reflorestamento ambiental implementado pela usina. Antonio Malhem Saad,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

reperesentante da TN Ambiental, fez uma explanação sobre o banco de dados georreferenciados criado pela exigência da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o qual, segundo ele, continha informações sobre uso e ocupação de solo, a delimitação de áreas de preservação permanente, as nascentes existentes na região, tudo isso como base o uso de imagens de satélite – o Esplot 5 – cujo conteúdo encontrava-se disponível para consulta. Em seguida, comentou: 1) que a questão do clima era controversa, porque, segundo versões existentes, ele se associava ao aumento do *déficit* hídrico, à queima da cana, quando, na verdade, esse déficit era característico da região no período compreendido de maio a setembro, prova disso era que um estudo realizado por um consórcio entre duas empresas de engenharia, a Masteri, empresa israelense, e a Tarrao, que elaboraram planos e diagnósticos básicos de irrigação do Estado de São Paulo, indicaram, em 1974, a região de Guaíra como área prioritária para implantação do projeto de irrigação, por suas características climáticas e de solo e pela riqueza de recursos hídricos, produzida pelos Rios Pardo e Grande; 2) que, em relação à questão sobre “terra cansada”, este era um termo em desuso, porque se aplicava à terra sobre a qual não existia análise de solo na qual não era feita uma adubação correta, medidas hoje adotadas como rotina e que permitem a manutenção de solos produtivos. Depois de declarar terem sido cumpridos todos os procedimentos estabelecidos pela Deliberação 34/2001, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, informou que qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento deste projeto poderia encaminhar proposta ou sugestão ou através dos Correios ou protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do Consema. Em seguida, depois de agradecer em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a participação de todos, declarou encerrados os trabalhos dessa audiência. Eu, Cecília Martins Pinto, Secretária-Executiva Adjunta, lavrei e assino a presente ata.